



## A lama que ainda suja o Brasil

Fabiola Perez ([fabiola.perez@istoe.com.br](mailto:fabiola.perez@istoe.com.br))

A maior tragédia ambiental da história do País escancarou um dos principais gargalos da conjuntura política e econômica brasileira: a negligência do setor privado e dos órgãos públicos diante de um desastre de repercussão mundial. Confirmada a morte do Rio Doce, o governo federal ainda não apresentou um plano de recuperação efetivo para a área (apenas uma carta de intenções). Tampouco a mineradora Samarco, controlada pela brasileira Vale e pela anglo-australiana BHP Billiton. A única medida concreta foi a aplicação da multa de R\$ 250 milhões – sendo que não há garantias de que ela será usada no local. “O leito do rio se perdeu e a calha profunda e larga se transformou num córrego raso”, diz Malu Ribeiro, coordenadora da rede de águas da Fundação SOS Mata Atlântica, sobre o desastre em Mariana, Minas Gerais. “O volume de rejeitos se tornou uma bomba relógio na região.”

Para agravar a tragédia, a empresa declarou que existem riscos de rompimento nas barragens de Germano e de Santarém. Segundo o Departamento Nacional de Produção Mineral, pelo menos 16 barragens de mineração em todo o País apresentam condições de insegurança. “O governo perdeu sua capacidade de aparelhar órgãos técnicos para fiscalização”, diz Malu. Na direção oposta

Ao caminho da segurança, está o projeto de lei 654/2015, do senador Romero Jucá (PMDB-RR) que prevê licença única em um tempo exíguo para obras consideradas estratégicas. O novo marco regulatório da mineração, por sua vez, também concede prioridade à ação de mineradoras. “Ocorrerá um aumento dos conflitos judiciais, o que não será interessante para o setor empresarial”, diz Maurício Guetta, advogado do Instituto Sócio Ambiental (ISA). Com o avanço dessa legislação outros danos irreversíveis podem ocorrer.

[http://www.istoe.com.br/reportagens/441106\\_A+LA+MA+QUE+AINDA+SUJA+O+BRASIL](http://www.istoe.com.br/reportagens/441106_A+LA+MA+QUE+AINDA+SUJA+O+BRASIL), acesso em 27 de novembro de 2015.

### 01) A ideia central do texto é:

- (A) A discussão sobre o projeto de Lei 654\2015.
- (B) As considerações do advogado Maurício Guetta sobre a mineradora do Vale do Rio Doce.
- (C) A falta de fiscalização do governo em torno

das empresas públicas e privadas no Brasil de qualquer natureza.

(D) A falta de mineradoras no Brasil, desestimulando a extração de minerais do solo, sendo que este é um importante setor econômico no mundo.

(E) A negligência, a falta de responsabilidade e de medidas preventivas tanto do governo, quanto das mineradoras para solucionar os acidentes provocados pelas mineradoras, no caso do rompimento da barragem da mineradora do Vale do Rio Doce.

### 02) De acordo com o texto, qual (ou quais) são os maiores problemas que impedem de solucionar o problema das mineradoras brasileiras?

(A) A falta de pessoas qualificadas para trabalhar nas barragens.

(B) O problema de verbas públicas para as mineradoras, pois a falta delas acarreta na falta de manutenção das barragens.

(C) 16 barragens apresentam riscos de rompimento, o governo não consegue aparelhar os órgãos de fiscalização e o projeto de lei 654/2015, do senador Romero Jucá (PMDB-RR), que vai no caminho oposto ao da segurança.

(D) As mineradoras fazem tudo certo, sendo que é o governo que não ajuda e não fiscaliza bem.

(E) Trata-se de um problema das mineradoras, pois o governo fiscaliza e dá todos os subsídios.

### 03) Assinale a alternativa em que o emprego da crase está correto e se justifica pela mesma razão que a ocorrência na oração abaixo:

“O novo marco regulatório da mineração, por sua vez, também concede prioridade à ação de mineradoras”.

(A) Não sei a quem devo dirigir-me: se à funcionária desta seção [...].

(B) Daqui à vinte quilômetros, o viajante encontrará uma estátua.

(C) De à muito, ele se desinteressou em chegar a ocupar um cargo tão importante.

(D) Prefira isto aquilo, já que ao fazer o bem não se olha à quem.

(E) Daqui à poucos anos, nenhum dos moradores lembrará de suas casinhas.

### 04) Assinale a alternativa em que TODAS AS PALAVRAS têm o acento justificado como “Santarém”

(A) irreversíveis, tragédia, Belém.

(B) técnicos, sócio, café.

(C) única, refém, econômica.

- (D) vintém, refém, Belém.  
(E) águas, café, política.

**05) A tipologia textual PREDOMINANTE no texto é:**

- (A) dissertativa.  
(B) narrativa.  
(C) descritiva.  
(D) descritiva e dissertativa, pois as duas são predominantes.  
(E) somente dissertativa, pois o texto é um editorial.

**06) Assinale a alternativa correta em relação à concordância e aos termos com os quais as palavras sublinhadas concordam, na ordem em que aparecem:**

**“Ao caminho da segurança, está o projeto de lei 654/2015, do senador Romero Jucá (PMDB-RR) que prevê licença única em um tempo exíguo para obras consideradas estratégicas”.**

- (A) concordância verbal (projeto de lei 654/2015); concordância nominal (obras).  
(B) concordância nominal (senador Romero Jucá); concordância nominal (obras).  
(C) concordância nominal (projeto de lei 654/2015); concordância verbal (obras).  
(D) concordância verbal (senador Romero Jucá); concordância nominal (obras).  
(E) concordância verbal (projeto de lei); concordância verbal (obras).

**07) DESSA LEGISLAÇÃO, sublinhada no período abaixo retoma:**

**“O novo marco regulatório da mineração, por sua vez, também concede prioridade à ação de mineradoras. “Ocorrerá um aumento dos conflitos judiciais, o que não será interessante para o setor empresarial”, diz Maurício Guetta, advogado do Instituto Sócio Ambiental (ISA). Com o avanço dessa legislação outros danos irreversíveis podem ocorrer”.**

- (A) O novo marco regulatório da legislação.  
(B) Mineradoras.  
(C) Ação.  
(D) Conflitos judiciais.  
(E) Instituto sócio ambiental.

**08) Em todas as alternativas, as palavras são acentuadas por uma mesma regra, EXCETO:**

- (A) irreversíveis, sócio, exíguo.  
(B) negligência, tragédia, regulatório.  
(C) ninguém, sócio, vigilância.

- (D) vintém, detém, alguém.  
(E) técnicos, córrego, única.

**09) A função de linguagem predominante no período abaixo é:**

**“Confirmada a morte do Rio Doce, o governo federal ainda não apresentou um plano de recuperação efetivo para a área (apenas uma carta de intenções)”.**

- (A) conativa.  
(B) referencial.  
(C) fática.  
(D) poética.  
(E) metalinguística.

**10) A parte sublinhada, no período abaixo refere à:**

**“A maior tragédia ambiental da história do País escancarou um dos principais gargalos da conjuntura política e econômica brasileira: a negligência do setor privado e dos órgãos públicos diante de um desastre de repercussão mundial”.**

- (A) a maior tragédia ambiental da história do País.  
(B) escancarou.  
(C) conjuntura política e econômica brasileira.  
(D) da história do País.  
(E) um dos principais gargalos da conjuntura política e econômica brasileira.

**11) Um grupo de estudantes está dividido em os que estudam inglês e espanhol. Os que estudam inglês 105 alunos e espanhol 78 alunos. Sabendo que o total de alunos é 1150 quantos estudantes estudam inglês e espanhol ao mesmo tempo?**

- (A) 53.  
(B) 43.  
(C) 33.  
(D) 23.  
(E) 13.

**12) Sabendo que o perímetro de um retângulo é 1200 cm. Quanto mede cada lado do retângulo, respectivamente, sendo um lado o dobro do outro?**

- (A) 300 cm e 600 cm.  
(B) 400 cm e 800 cm.  
(C) 100 cm e 200 cm.  
(D) 200 cm e 400 cm.  
(E) 150 cm e 300 cm.

13) Sabendo que o coeficiente angular de uma reta é 3 e seu coeficiente linear é 4. Qual a lei que define esta reta?

- (A)  $f(x) = -3x - 4$ .
- (B)  $f(x) = 3x - 4$ .
- (C)  $f(x) = -3x + 4$ .
- (D)  $f(x) = 3x$ .
- (E)  $f(x) = 3x + 4$ .

14) Sabendo que um determinado produto custa a prazo nas seguinte condição de 10 pagamentos de R\$ 110,00 e a vista é R\$ 950,00. Qual é a diferença de preços do prazo para o a vista?

- (A) R\$ 180,00.
- (B) R\$ 150,00.
- (C) R\$ 170,00.
- (D) R\$ 130,00.
- (E) R\$ 190,00.

15) Uma empresa vai instalar uma caixa d'água na forma cilíndrica para uma comunidade carente. Sabendo que o raio da caixa é de 4 m e altura 3,5 m. Qual é o volume desta caixa d'água?

- (A)  $56\pi$ .
- (B)  $60\pi$ .
- (C)  $64\pi$ .
- (D)  $68\pi$ .
- (E)  $72\pi$ .

16) Sabendo que um determinado número é o triplo de quatro quintos mais dois terços igual a este número. Quanto é este número?

- (A)  $33/15$ .
- (B)  $-3/15$ .
- (C)  $-21/15$ .
- (D)  $-10/15$ .
- (E)  $13/15$ .

17) O ponto máximo de uma função do segundo grau é 8 e seu par ordenado é 2. Sendo a lei que define esta função  $f(x) = ax^2 + bx + c$ . Assim, podemos afirmar que:

- (A)  $c = 7 + 4a$ .
- (B)  $c = 2 - 6a$ .
- (C)  $c = 4 - 10a$ .
- (D)  $c = 12 + 3a$ .
- (E)  $c = 8 + 16a$ .

18) Comprei um produto que custou R\$ 2530,00 como paguei a vista tive um desconto de 12%. Quanto paguei no produto?

- (A) R\$ 1550,30.
- (B) R\$ 1830,40.
- (C) R\$ 2357,50.
- (D) R\$ 2202,60.
- (E) R\$ 2226,40.

19) Um caminhão suporta 50 toneladas de carga. Sabendo que este levará 7 viagens com os respectivos, pesos, 42 toneladas, 50 toneladas, 35 toneladas, 45 toneladas, 50 toneladas, 30 toneladas e 25 toneladas. Qual o peso media levado nas viagens aproximadamente em toneladas?

- (A) 35,45.
- (B) 37,12.
- (C) 38,31.
- (D) 39,57.
- (E) 40,78.

20) Dada a sequência 4, 11, 18, ... o quinto elemento da sequência será?

- (A) 25.
- (B) 32.
- (C) 39.
- (D) 46.
- (E) 53.

21) A cidade de Palmeira também é conhecida como:

- (A) Pérola do Sul.
- (B) Pequeno Vaticano.
- (C) Cidade Clima do Brasil.
- (D) Cidade dos Cruzamentos.
- (E) Lar dos Campos Gerais.

22) Nos anos recentes, os trabalhadores domésticos conseguiram importantes avanços em seus direitos trabalhistas, entre estes, a valorização por meio de melhor remuneração. Para esta categoria profissional, o Paraná adota um salário mínimo diferenciado, em relação ao salário mínimo nacional. Portanto, nos termos do Decreto 1198 de 30 de abril de 2015, o piso salarial dos trabalhadores dos serviços domésticos em geral, no Paraná é de:

- (A) R\$ 875,50.
- (B) R\$ 1.070,33.
- (C) R\$ 1.921,00.
- (D) R\$ 1.535,25.
- (E) R\$ 1.247,23.

23) Dentre as cidades que formam o Estado do Paraná atualmente, a mais antiga é:

- (A) Ponta Grossa.

- (B) Curitiba.
- (C) Palmeira.
- (D) Paranaguá.
- (E) Jacarezinho.

**24) Fernando Destito Francischini, ou apenas Fernando Francischini, além de ex-Secretário da Segurança Pública do Paraná, também é:**

- (A) Deputado Estadual.
- (B) Ministro da Segurança.
- (C) Senador da República.
- (D) Deputado Distrital.
- (E) Delegado da Polícia Federal.

**25) Michel Temer, Vice-Presidente da República do Brasil, pertence ao partido:**

- (A) PMDB.
- (B) PPS.
- (C) DEM.
- (D) REDE.
- (E) PSDB.

**26) As receitas realizadas entre órgãos e demais entidades da Administração Pública integrantes do orçamento fiscal e do orçamento da seguridade social do mesmo ente federativo são classificadas como:**

- (A) De compensação.
- (B) Intraorçamentárias.
- (C) Diferidas.
- (D) Transacionais.
- (E) Quantitativas.

**27) O detalhamento da receita pública que determinadas espécies de receitas cujas características próprias sejam semelhantes entre si, dessa forma, detalha a espécie, por meio da especificação dos recursos financeiros que lhe são correlatos é denominada:**

- (A) Categoria econômica.
- (B) Alínea.
- (C) Fonte.
- (D) Natureza.
- (E) Rubrica.

**28) A realização da despesa pública traduz a forma como o Ente público destina os recursos que arrecada da sociedade. Toda utilização de recursos deve guardar relação direta com as dotações disponíveis para o Ente, sob pena de nulidade da despesa. Utilize seus conhecimentos sobre a classificação das despesas públicas e assinale a única alternativa que apresenta uma despesa corrente:**

(A) Dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.

(B) Dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, constituindo essas transferências auxílios ou contribuições, segundo derivem diretamente da Lei de Orçamento ou de lei especialmente anterior, bem como as dotações para amortização da dívida pública.

(C) Dotações destinadas a aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização.

(D) Dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.

(E) Dotações destinadas a aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital.

**29) O orçamento é o instrumento que baliza todas as operações financeiras do Ente e, salvo as exceções previstas na legislação, todas as operações realizadas pelos Entes públicos deverão constar na Lei do Orçamento. Neste ponto, assinale a única alternativa que apresenta uma afirmação inverídica sobre o orçamento público:**

(A) A Lei de Orçamento poderá conter autorização ao Executivo para realizar, em qualquer mês do exercício financeiro, operações de crédito por antecipação da receita, para atender a insuficiências de caixa.

(B) As propostas orçamentárias parciais serão revistas e coordenadas na proposta geral, considerando-se a receita estimada e as novas circunstâncias.

(C) As receitas e despesas de capital serão objeto de um Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital, aprovado por decreto do Poder Executivo, abrangendo, no mínimo um triênio.

(D) A Lei de Orçamento poderá consignar dotações globais destinadas a atender despesas de pessoal, material e serviços de terceiros, quando se tratar de órgão integrante da Administração Indireta.

(E) Em casos de déficit, a Lei de Orçamento indicará as fontes de recursos que o Poder Executivo fica autorizado a utilizar para atender a sua cobertura.

**30) A contabilidade que regula as entidades públicas possui classificação e grupos de contas específicos devido às particularidades das operações que representam. Para que uma despesa seja registrada como restos a pagar ela deverá, obrigatoriamente, estar:**

- (A) Nem empenhada e nem liquidada até trinta e um de dezembro.
- (B) Empenhada, mas não liquidada até trinta e um de dezembro.
- (C) Empenhada, mas não paga até trinta e um de dezembro.
- (D) Liquidada, mas não empenhada até trinta e um de dezembro.
- (E) Liquidada, mas não paga até trinta e um de dezembro.

**31) Os créditos adicionais representam formas em que a Administração Pública pode destinar recursos para dotações não consignadas na lei do orçamento ou para casos em que a dotação apresenta-se em valor inferior ao necessário. Para a abertura de créditos adicionais e suplementares a legislação exige que existam recursos disponíveis. Assinale a única alternativa que não apresenta um recurso que pode ser utilizado para abertura de créditos adicionais e suplementares:**

- (A) Resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei.
- (B) Superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.
- (C) O saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.
- (D) Decorrentes da venda, devidamente autorizada em lei, de ativos inservíveis ou bens móveis.
- (E) O produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.

**32) Imediatamente após a promulgação da Lei de Orçamento e com base nos limites nela fixados, o Poder Executivo aprovará um quadro de cotas trimestrais da despesa que cada unidade orçamentária fica autorizada a utilizar. A fixação das cotas terá como objetivo:**

- (A) Assegurar às unidades orçamentárias, em tempo útil a soma de recursos necessários e suficientes a melhor execução do seu programa anual de trabalho.
- (B) Permitir que os gestores das unidades utilizem recursos de maneira autônoma, podendo

utilizar toda a sua dotação no início do exercício financeiro.

- (C) Possibilitar que uma unidade que não esteja utilizando seus recursos, momentaneamente, repasse estes para as demais unidades deficitárias.
- (D) Impedir que as dotações sejam alteradas durante o exercício em virtude do comportamento da execução orçamentária.
- (E) Demonstrar para as unidades a importância do gasto público eficiente de forma que uma unidade que arrecade mais do que o previsto pode gastar este excesso.

**33) Suponha que um ente público apresente os seguintes valores ao final de um exercício:**

- Débitos de tesouraria R\$ 180.000,00.
- Títulos públicos emitidos R\$ 220.000,00.
- Serviços da dívida a pagar R\$ 340.000,00.
- Restos a pagar R\$ 410.000,00.
- Depósitos R\$ 90.000,00.
- Valores de terceiros R\$ 160.000,00.

**Assinale a alternativa que apresenta o total da dívida fluante do Ente:**

- (A) R\$ 590.000,00.
- (B) R\$ 930.000,00.
- (C) R\$ 1.020.000,00.
- (D) R\$ 1.180.000,00.
- (E) R\$ 1.400.000,00.

**34) As demonstrações financeiras estabelecidas na legislação para os Entes Públicos devem apresentar informações específicas de forma a evidenciar os resultados obtidos no período, ou seja, cada demonstração requer uma série de informações e contas contábeis para evidenciar o resultado em um componente patrimonial, financeiro ou orçamentário. Assinale a alternativa que não apresenta uma informação que deve constar no Balanço Orçamentário:**

- (A) Receita executada.
- (B) Despesa fixada.
- (C) Receita prevista.
- (D) Despesa executada.
- (E) Receita fixada.

**35) No caso de um Município realizar investimentos através de uma Autarquia pertencente à Administração Indireta do Município, a contabilização correta da operação deverá ocorrer da seguinte forma:**

- (A) Como receita de capital na Autarquia e despesa de inversão financeira no Município.
- (B) Como receita de capital na Autarquia e despesa de transferência de capital no Município.

- (C) Como receita de capital na Autarquia e despesa de investimento no Município.
- (D) Como receita corrente na Autarquia e despesa de investimento no Município.
- (E) Como receita corrente na Autarquia e despesa inversão financeira no Município.

**36) A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece limites e restrições para os Entes Públicos no que se refere às despesas com pessoal, obrigando a utilização de métodos de controle destes gastos. Suponha que um Município que obteve uma Receita Corrente Líquida de R\$ 17.300.000,00 no período e apresente um crescimento significativo da despesa com pessoal. Segundo os dispositivos da Lei Complementar Federal nº 101/2000, assinale o valor máximo que o Ente pode destinar para despesas com pessoal sem que o Tribunal de Contas do Estado emita um alerta sobre a necessidade de controle de gastos com pessoal por estar se aproximando do limite:**

- (A) R\$ 7.926.000,00.
- (B) R\$ 8.650.000,00.
- (C) R\$ 9.342.000,00.
- (D) R\$ 11.188.000,00.
- (E) R\$ 12.343.000,00.

**37) A Lei de Responsabilidade Fiscal estabeleceu os instrumentos apresentados pelos Entes Públicos que aumentam os aspectos de transparência, controle e fiscalização dos recursos públicos administrados por autoridades. Neste sentido, assinale o instrumento da transparência em que deverão ser comparados os montantes da dívida consolidada do ente com os limites previstos na Lei Complementar Federal nº 101/2000:**

- (A) Relatório resumido da execução orçamentária.
- (B) Relatório de gestão fiscal.
- (C) Anexo de metas fiscais.
- (D) Anexo de resultados orçamentários.
- (E) Anexo de riscos fiscais.

**38) Um Município localizado no Estado do Paraná somente poderá realizar uma compra mediante dispensa de licitação em razão do valor caso o montante estimado da contratação não ultrapasse:**

- (A) R\$ 8.000,00 para compras.
- (B) R\$ 12.000,00 para compras.
- (C) R\$ 16.000,00 para obras.
- (D) R\$ 20.000,00 para obras.
- (E) R\$ 32.000,00 para obras.

**39) Assinale a alternativa que apresenta uma documentação obrigatória para os interessados que pretendem participar de uma licitação para fornecimento de bens ou serviços para o serviço público:**

- (A) Habilitação jurídica.
- (B) Qualificação econômico-financeira.
- (C) Regularidade trabalhista.
- (D) Qualificação técnica.
- (E) Habilitação social.

**40) Nos termos do Provimento, quando ficar comprovada omissão no dever de prestar contas, a decisão proferida no julgamento indicará que as contas estão:**

- (A) Iliquidáveis.
- (B) Regulares.
- (C) Regulares com ressalva.
- (D) Irregulares.
- (E) Adversas.